

Nutrindo o saber: educação popular e ambiental com recorte em segurança alimentar e nutricional

Nurturing knowledge: popular and environmental education with a focus on food and nutrition security

DOI:10.34117/bjdv8n4-031

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

Ismael Oliveira de Araújo

Graduado em Nutrição

Instituição: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Endereço: Rua Capitão João Queirós, 312 - Santa Maria da Vitória, Bahia

E-mail: Ismaeloliveiranut@gmail.com

Silvana Lima Guimarães França

Doutora em Medicina e Saúde

Instituição: Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências da Vida
Campus 1

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, Bahia

E-mail: Slgfranca@uneb.br

RESUMO

O projeto Nutrindo o saber: Educação Popular e Ambiental com Recorte em Segurança Alimentar e Nutricional foi idealizado pela Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN), uma entidade formada por acadêmicos de graduação sob a coordenação de docentes do curso de Nutrição da Universidade do Estado da Bahia. O projeto foi concretizado através de uma articulação realizada pela LABSAN com a comunidade a fim de promover hábitos alimentares saudáveis, sustentabilidade ambiental e Reabilitação Psicossocial (RP) com base na Agricultura urbana agroecológica. Houve implantação de hortas agroecológicas em espaços de instituições públicas, especificamente em unidade de ensino da Educação Básica do Estado da Bahia, e em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III. Utilizou-se uma metodologia participativa baseada na Educação problematizadora de Paulo Freire (Educação Popular), em que todos os participantes do projeto compartilhavam as responsabilidades e direcionamento das ações, tendo como base o território e a realidade social, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para o fortalecimento das práticas alimentares saudáveis foi utilizado o Guia Alimentar para a População Brasileira, um instrumento de referência para a garantia da Soberania e SAN. Por fim a horta é um espaço vivo e dinâmico para o desenvolvimento de inúmeras atividades didáticas; proporciona melhor ambiência, interação entre os participantes, entendimento sobre toda a escala de produção de alimentos, alimentação, cultura e sustentabilidade ambiental, além de ser um instrumento relevante para RP por ser um espaço de acolhimento, fala, distração, aprendizado, empoderamento e até mesmo de geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional, educação em saúde ambiental, reabilitação psiquiátrica.

ABSTRACT

The project Nourishing Knowledge: Popular and Environmental Education with a Focus on Food and Nutrition Security was conceived by the Bahia Academic League of Food and Nutrition Security (LABSAN), an entity formed by undergraduate students under the coordination of teachers of the Nutrition course of the State University of Bahia. The project was accomplished through an articulation carried out by LABSAN with the community in order to promote healthy eating habits, environmental sustainability and Psychosocial Rehabilitation (PR) based on agroecological urban agriculture. Agroecological gardens were implemented in public institutions, specifically in a Basic Education teaching unit of the State of Bahia, and in a Psychosocial Care Center for Alcohol and Drugs III. A participatory methodology based on Paulo Freire's Problematising Education (Popular Education) was used, in which all project participants shared the responsibilities and direction of the actions, based on the territory and social reality, from the perspective of Food and Nutrition Security (FNS). To strengthen healthy eating practices, the Food Guide for the Brazilian Population was used, which is a reference tool to ensure Food Sovereignty and Sanitation. Finally, the garden is a living and dynamic space for the development of numerous didactic activities; it provides better ambience, interaction among participants, understanding about the whole scale of food production, food, culture and environmental sustainability, besides being a relevant tool for PR by being a space for welcoming, talking, distraction, learning, empowerment and even job and income generation.

Keywords: food and nutrition education, environmental health education, psychiatric rehabilitation.

1 INTRODUÇÃO

O projeto Nutrindo o saber: Educação Popular e Ambiental com Recorte em Segurança Alimentar e Nutricional foi idealizado pela Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN), uma entidade formada por acadêmicos de graduação sob a coordenação de docentes do curso de Nutrição do Departamento de Ciências da Vida (DCV) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A LABSAN foi fundada no dia 06 de setembro de 2014 por estudantes de Nutrição da UNEB e caracteriza-se por não ter fins lucrativos, possuir duração ilimitada e ser uma sociedade civil, não religiosa, apartidária e vinculada à UNEB. A LABSAN possui atuação no ensino, pesquisa e extensão, tendo como finalidade o desenvolvimento, a promoção e a difusão de conhecimentos acerca da área social, contribuindo para a formação acadêmica e profissional dos alunos a ela vinculados.

O projeto de extensão foi concretizado através de uma articulação realizada pela LABSAN com a comunidade a fim de promover a hábitos alimentares saudáveis, sustentabilidade ambiental e Reabilitação Psicossocial com base na Agricultura urbana agroecológica, nos princípios da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), Educação

Popular em Saúde (EPS) e Educação Popular Ambiental (EPA). Houve implantação de hortas agroecológicas em espaços de instituições públicas, especificamente em unidade de ensino da Educação Básica do Estado da Bahia, Colégio Estadual Renan Baleeiro (CERB), e em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD III), CAPS AD III Gey Espinheira (CAPSGE).

2 EDUCAÇÃO POPULAR E SUAS INTERFACES NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação em Saúde (ES) é uma ação transversal em todos os níveis de atenção e gestão do Sistema Único de Saúde, sendo crucial para o alcance dos princípios de promoção, proteção e recuperação da saúde. No entanto, tradicionalmente a ES se enquadra em uma abordagem tradicional de ensino, com enfoque mecanicista, biomédico, verticalizado, impositivo e que privilegia o saber técnico-científico (BRASIL, 1990; BRASIL, 2007).

Na abordagem tradicional do ensino-aprendizagem há um maior direcionamento para prática pedagógica de transmissão dos conhecimentos adquiridos pela humanidade ao longo dos tempos para os estudantes através dos professores, sem considerar interdisciplinaridade, crítica social, contextualização dos conteúdos e os anseios e aspectos socioculturais e econômicos da comunidade estudantil quanto ao conteúdo dos componentes curriculares. Sendo assim, há uma pedagogia da transmissão, pois há uma valorização dos conteúdos e da sua transmissão aos estudantes, gerando cidadão obedientes, passivos e individualistas, preparando o terreno para ditadores paternalistas (ROCHA; VASCONCELOS, 2016; SALGADO, 2016; NOBRE; GUERREIRO, 2020).

Paulo Freire foi um grande educador brasileiro que sistematizou a Educação Popular (EP), que vinha sendo construída desde a década de 1950 na América Latina e potencializada no Brasil na década de 1970 por movimentos populares que foram cruciais para a redemocratização pós ditadura militar. Freire criticava a abordagem tradicional de ensino e definia como educação bancária, representando o aluno como o cofre vazio no qual se deposita o conhecimento (BRASIL, 2007; FREIRE, 1987).

A Educação Popular em Saúde (EPS) é uma abordagem teórico-prática que integra a participação social, tornando os usuários do SUS sujeitos ativos nas práticas educativas, valorizando os saberes, experiências, práticas e espaços de cuidado. A EPS traz uma abordagem dialógica, problematizadora e emancipadora que colabora para o empoderamento e autonomia dos indivíduos (BRASIL, 2007).

A EPS é um dispositivo de crítica social, através da flexibilização do processo educativo e da problematização da realidade social (reflexão crítica) e das vivências individuais e coletivas, permitindo uma visão holística do contexto social e gerando possibilidades de reivindicações, redirecionamentos, transformações e (re)construção de saberes compartilhados (BRASIL, 2007).

A Educação Ambiental (EA) é um elemento que deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, em espaços de educação formal ou não-formal, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade e é regulamentada pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que a define como: “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Conforme a legislação brasileira a EA tem princípios e objetivos que a aproximam da EP: há uma abordagem humanista, holística, democrática e participativa; tem-se um enfoque na sustentabilidade, mas compreendendo o meio ambiente em interdependência com os aspectos socioculturais e econômicos; há consideração e respeito quanto a pluralidade, diversidade individual e cultural; incentivo e fortalecimento de consciência crítica e participação popular (BRASIL, 1999).

A EPA emergiu dos movimentos sociais históricos da América Latina que incorporaram as demandas oriundas de conflitos ambientais da população, com participação de educadores populares e inserção de saberes ambientais nas práticas educativas emancipatórias. A EPA também rompe com a abordagem tradicional de ensino, ampliando as práticas educativas em sintonia com os movimentos sociais (LOUSADA, 2011).

As problemáticas ambientais, a saúde e educação são pautas eminentemente políticas e necessitam de abordagens educativas inter e transdisciplinares, sócio-históricas, críticas, dialéticas, problematizadoras e emancipatórias. Sendo assim, é elementar a participação popular ativa para que haja transformações sociais, podendo-se calçar nos pensamentos político-pedagógicos de Paulo Freire para se estabelecer metodologias de ensino-aprendizagem e de intervenções sociais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista que a transformação social se dá pela coparticipação de diversos atores sociais, no processo de (re)construção social e da concepção de mundo e relações de trabalho e lógica do sistema mercado, na execução do projeto foi adotada uma

metodologia participativa com ênfase em EPS e EPA, ressaltando ainda a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e ações de EAN, que pode ser compreendido como:

Um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012, p. 23).

A SAN foi um princípio norteador presente na elaboração e execução do projeto Nutrindo o Saber, tendo em vista o seu conceito ampliado que engloba o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e as dimensões culturais, ambientais, econômicas e sociais envolvidas no acesso da população a alimentação e na promoção da saúde a partir de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2006).

Utilizou-se uma metodologia participativa baseada na Educação problematizadora de Paulo Freire, em que todos os participantes do projeto compartilhavam as responsabilidades e direcionamento das ações, tendo como base o território e a realidade social. A educação problematizadora desmistifica a educação como uma simples transferência de conhecimento, educador-educando, e busca a inserção crítica da realidade dos sujeitos no mundo, algo extremamente relevante quando se pauta autonomia, empoderamento e Reabilitação Psicossocial (RP) (FREIRE, 1987; SANTOS; JACOBI, 2017). Ademais, quanto ao subsídio teórico-pedagógico para o fortalecimento das práticas alimentares saudáveis foi utilizado o Guia Alimentar para a População Brasileira, um instrumento de referência para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2014).

Os campos de atuação do projeto foram o CERB, localizado no bairro de Águas Claras, e CAPSGE localizado no bairro de Campinas de Pirajá, ambos situados no município de Salvador, Bahia. Estes bairros periféricos, contam, especificamente, com uma população de 37.029 e 11.673 habitantes e maioria da população autodeclarada preta ou parda (CONDER, 2016). Os públicos-alvo foram estudantes regularmente matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental do CERB e usuários das ações e serviços de saúde do CAPSGE.

O projeto foi executado no período de um ano, entre abril de 2016 a abril de 2017 e contou com auxílio financeiro da UNEB através do Programa de Apoio a Projetos de

Extensão (PROAPEX) que visa ao fortalecimento dos Projetos de Extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica. Participaram treze integrantes, compreendendo membros da LABSAN e monitores voluntários de diversas áreas do conhecimento/atuação e de instituições de ensino superior públicas e privadas, abrangendo Nutricionistas, Biólogo, Pedagogo, Técnicas em Agropecuária e estudantes de Nutrição, Psicologia e Enfermagem.

O projeto foi executado em três etapas: planejamento, implementação e finalização. Na primeira etapa foi construída uma prévia do projeto de extensão (objetivos, justificativa, estratégias operacionais, metodologia, cronograma de execução, resultados e impactos esperados) e seleção dos locais para implementação das hortas agroecológicas. Durante o planejamento foram realizados encontros com membros da LABSAN, estudantes, professores, profissionais de saúde e usuários do CAPSGE para apresentação, construção e adequação do projeto.

Nesta etapa houve mutirões de limpeza das áreas destinadas ao plantio, com participação da comunidade escolar no CERB e usuários do CAPSGE, assim como de seus familiares. Ocorreram ainda capacitações, ministradas por uma Técnica em Agropecuária, sobre produção de alimentos na vertente agroecológica, adubação orgânica, manejo do solo e cultivo de hortaliças para os profissionais de saúde, professores e membros da LABSAN e monitores. Na segunda fase houve o desenvolvimento das hortas e das ações político-educativas, através de rodas de conversas no CERB e oficinas terapêuticas, com fins a RP, no CAPSGE. Por fim, na finalização foram realizadas atividades para expandir à comunidade a construção de hortas agroecológicas em âmbito doméstico.

4 HORTA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS NO CERB

No CERB foram iniciados espaços de EAN com os discentes do 6º ano do Ensino fundamental com o apoio dos professores das disciplinas diversificadas. Semanalmente, as turmas eram fragmentadas para dois momentos com duração de 25 a 50 minutos: manejo da horta e rodas de conversa sobre Alimentação e Nutrição.

No manejo com a horta foram realizadas oficinas mediadas pelos professores com objetivo de compartilhamento de saberes sobre a produção de alimentos e aplicação de conteúdos das diversas áreas do conhecimento no manejo com a horta. Nas rodas de conversas os monitores do projeto discutiam com os alunos, através de dinâmicas e mídias educativas, sobre: qualidade do solo, processamento de alimentos, nutrientes nos

alimentos, lanches saudáveis, doenças crônicas não transmissíveis, sócio sustentabilidade ambiental, sobrepeso e obesidade, lactação e alimentação infantil, alimentação regional, hortas urbanas, alimentação escolar, comensalidade etc.

No CERB além do desenvolvimento da horta escolar e formação de espaços de EAN, foi realizada ao final do projeto uma feira educativa aberta à comunidade adscrita, com o intuito de expandir o projeto à comunidade e sensibilizar quanto a questões relativas à Alimentação e Nutrição e outras demandas que emergiram nas rodas de conversa com estudantes e docentes da instituição. Na feira educativa foi abordada de maneira interdisciplinar a importância da escola no contexto social, sexualidade na adolescência, educação em saúde, doenças transmitidas por vetores etc. Foram criados quatro espaços/salas, sendo:

1) Alimentação e Nutrição: pautou-se discussões sobre hábitos alimentares saudáveis, importância dos alimentos regionais, processamento de alimentos, rotulagem, teores de sódio, açúcares e gorduras nos alimentos e foram realizadas atividades de antropometria e orientação nutricional;

2) Educação em saúde: houve uma abordagem educativa sobre doenças crônicas associadas ao estilo de vida (Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes *Mellitus* etc.), gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e planejamento familiar; houve ainda distribuição de camisinhas, aferição de glicemia e pressão arterial;

3) Educação Ambiental: destinou-se a sensibilização sobre destinação correta do lixo doméstico e estratégias de controle do *Aedes aegypti*; houve ainda distribuição de materiais educativos e discussões sobre as diferenças clínicas fundamentais para o diagnóstico das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*;

4) Horta doméstica: constituiu um espaço de discussão da importância da escola para comunidade e apresentação do projeto da horta escolar; foram apresentadas estratégias para implantação de hortas em ambiente urbano/doméstico e produção de adubo através de compostagem utilizando lixo orgânico. Ademais, houve distribuição de material educativo, mudas e sementes de hortaliças para a comunidade.

Um dos frutos deste projeto foi o desenvolvimento de um projeto de dissertação por um membro da LABSAN, através do mestrado profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC) vinculado ao Departamento de Educação da UNEB. O projeto de dissertação intitulado Mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional: um diálogo entre a Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o Colégio Estadual Renan Baleeiro foi crucial para o

desenvolvimento de material educativo para subsidiar os espaços de discussão e rodas de conversa com os discentes do CERB com intuito de promover hábitos alimentares saudáveis e reflexões acerca da produção, distribuição e consumo de alimentos, com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (FERREIRA, 2018).

5 HORTA TERAPÊUTICA: EXPERIÊNCIAS NO CAPS

Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são estabelecimentos de saúde do SUS que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAP), que objetivam, conforme Brasil (2011): “a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

A RAP traz diversas diretrizes que justificaram a execução do projeto no CAPSGE, em destaque a integralidade no cuidado em saúde e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; diversificação das estratégias de cuidado; desenvolvimento de atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania e estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado (BRASIL, 2011).

A RP, uma das finalidades das oficinas terapêuticas no CAPSGE, não tem um único conceito definido, mas pode ser entendida como um processo que almeja a (re)inserção de um indivíduo, dentro das suas possibilidades e limitações, na comunidade com autonomia, aumentando suas habilidades e diminuindo as deficiências e danos das experiências do transtorno mental (SANCHES; VECCHIA, 2018; SANCHES; VECCHIA, 2020).

No CAPSGE a horta foi implantada com a participação ativa dos usuários do serviço. Foram realizadas ações que culminassem no sentimento de pertencimento entre os participantes. As oficinas terapêuticas foram realizadas três dias por semana com duração de aproximadamente 60 minutos a 2 horas, sob supervisão de um profissional de saúde do CAPSGE e dois membros da LABSAN ou monitores. Participavam de 3 a cinco usuários nas oficinas, alguns atuavam esporadicamente enquanto estavam sob acolhimento no CAPSGE e outros tiveram uma atuação permanente ao longo do projeto.

Como proposta para adesão dos usuários ao projeto foram plantadas hortaliças sugeridas pelos usuários e cada participante escolheu mudas de árvores frutíferas nativas para serem plantadas no CAPSGE sob seus cuidados, como cajarana, tamarindo, abiu,

tangerina, limão, seriguela, acerola, abacate, carambola, jambo, caju, cacau, graviola, pitanga e goiaba.

As oficinas tiveram uma característica visivelmente prática, através do manejo com o solo e plantio de mudas e sementes. No entanto, durante as oficinas emanavam diálogos livres e rodas de conversa entre os participantes e as oficinas tornaram-se espaços de acolhimento e escuta qualificada pautada na humanização. Discutia-se sobre trajetória de vida, vínculos familiares, redução de danos, sustentabilidade ambiental, cidadania etc.

Estes diálogos terapêuticos propiciavam aumento de autoestima dos usuários; reconhecimento das demandas, inquietações e motivações dos usuários, cruciais para o estabelecimento dos processos terapêuticos singulares e integrais oferecidos pelos CAPS; fortalecimento dos vínculos familiares e com as equipes multidisciplinares do CAPSGE e estímulo a autonomia.

No CAPSGE o projeto foi concluído com a realização de um curso de horta urbana em ambientes domésticos e doação de sementes para a comunidade de Campinas de Pirajá e bairro vizinhos. O curso foi amplamente divulgado e foi desenvolvido em parceria com profissionais de saúde, enfermeiros, técnicos em enfermagem e Assistente Social, e com os usuários do CAPSGE que participaram ativamente das oficinas na horta. Sendo uma ação de estímulo a RP dos usuários, através do incentivo a autonomia e empoderamento. Ademais, almejava-se que os usuários do CAPSGE pudessem aplicar os conhecimentos construídos ao longo do projeto para criar alternativas para geração de renda, como a produção de alimentos e venda de mudas de plantas, por exemplo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas áreas urbanas abandonadas, como terrenos baldios e quintais são destinadas ao acúmulo de lixo, agravando as condições ambientais e de saúde da população, aumentando o índice de proliferação de doenças, por exemplo (RIBEIRO, 2013). Estes locais podem ser reconfigurados em áreas de produção de alimentos com grande potencial político-educativo.

As ações de agricultura urbana e periurbana agroecológica podem mitigar algumas problemáticas que envolvem saúde e meio ambiente, especialmente nas comunidades em vulnerabilidade social e em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, através da produção de alimentos em hortas comunitárias, escolares ou domésticas. Além do potencial educativo, problematizador e emancipatório, a produção pode ser destinada ao

autoconsumo e/ou comercialização do excedente. Sendo importante para o incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e para economia local. Além disso, favorece um sistema de produção de alimentos oposto ao modelo hegemônico de produção alimentar, pautado na monocultura, larga utilização de agrotóxicos e uso insustentável dos recursos naturais, com graves consequências socioambientais (CURAN, 2020; CURAN; MARQUES, 2021).

Sistemas de produção agroecológica aderem padrões que restringem utilização de pesticidas, fertilizantes não orgânicos, transgenia, ração animal não orgânica e outros fatores que agridam o meio, ou seja, é a produção alimentar em harmonia com um ambiente em suas inter-relações com todos os organismos e ritmos naturais da vida (SILVA; BARBOSA, 2020; CURAN, 2020).

O desenvolvimento de hortas em pequena escala, dificilmente conseguem suprir o autoconsumo e comercialização dos insumos produzidos, porém são importantes fomentos ao incentivo a práticas educativas, que levem as problemáticas da ecologia, produção de alimentos, escolhas alimentares, SAN, repercutindo nas questões do uso adequado do solo e ainda no caso de proposta de produção agroecológica, visam ainda elencar as repercussões na saúde do uso de agroquímicos da produção convencional de alimentos, impactando em SAN e qualidade de vida. Segundo Navolar *et al.*, (2010), *apud* Ribeiro, 2013, p. 26):

Iniciativas concretas de âmbito local podem contribuir para divulgar ações que promovam a transformação de determinada realidade a partir do envolvimento das pessoas com a produção alimentar, impactando positivamente a saúde humana e produzindo ambientes mais saudáveis.

Por conseguinte, a horta é um espaço vivo e dinâmico para o desenvolvimento de inúmeras atividades didáticas; proporciona melhor ambiência, interação entre os participantes, entendimento sobre toda a escala de produção de alimentos, alimentação, cultura e sustentabilidade ambiental, além de ser um instrumento relevante para RP por ser um espaço de acolhimento, fala, distração, aprendizado, empoderamento e até mesmo de geração de trabalho e renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_pl.pdf> acesso em 10 fev. 2022.

BRASIL. **Marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012, 68 p. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf> acesso em 10 fev 2022.

BRASIL. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.html> acesso em 10 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm> acesso em 10 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.html> acesso em 10. fev. 2022.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html> acesso em 10 fev. 2022.

CONDER. **Painel de informações:** dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro / Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ª ed. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016. 189 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/410869073/1-INFORMS-Painel-de-Informacoes-2016-pdf>> acesso em 10 fev. 2022.

CURAN, R. M. **Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica:** um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estud. av.**, v. 35, n. 101, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/KLxvJknRQCj9pXzK4kSNxQC/?lang=pt&format=html>> acesso em 20 fev. 2022.

FERREIRA, A. M. **Mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional**: um diálogo entre a Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o Colégio Estadual Renan Baleeiro. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HONÓRIO, K. M. et al. O show da química: motivando o interesse científico. **Quim. Nova**, v. 29, n. 1, p. 173-178, 2006. Disponível em: <http://static.sites.s bq.org.br/quimicanova.s bq.org.br/pdf/Vol29No1_173_30ED04399.pdf> acesso em 10 fev. 2022.

LOUSADA, V. L. **Ecossistemas de processos educativos com recicladores/recicladoras: a um estudo a partir de um projeto de Educação Popular Ambiental**. 2011. 170 f. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011. Disponível em: <<https://repositorio.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/705>> acesso em 10 fev. 2022.

NOBRE, C. F. C.; GUERREIRO, M. A. N. Ensinar e aprender em tempos de pandemia de Covid-19. **Saberes Plurais Educ. Saude**, v. 4, n. 2, p. 6-10, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/saberesplurais/article/view/108896/59997>> acesso em 15 fev 2022.

RIBEIRO, S. M. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde**: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade - Embu das Artes - SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-03072013-114502/pt-br.php>> Acesso em: 10 fev 2022.

ROCHA, J. S.; VASCONCELOS, T. C. Dificuldades de aprendizagem no ensino de química: algumas reflexões. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 2016, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R0145-2.pdf>>.acesso em 10 fev. 2022.

SALGADO, M. S. **Dificuldades de implementação de práticas participativas**: estudo de caso Emrio Novo (Mg). Trabalho de Conclusão de Curso. (Administração). 2016. 75 f. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9594/1/maysadasilvasalgado.pdf>> acesso em 15 fev 2022.

SANCHES, L. R.; VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e inclusão social de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: impasses e desafios. **Interface**, v. 24, 2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/icse/a/89XMg9gRpcyM4s3G9ddrkWk/?lang=pt>> acesso em 10 fev. 2022.

SANCHES, L. R.; VECCHIA, M. D. Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/99nkdwgFwnDMBzNNBx68G8R/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 10 fev 2022.

SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, v. 98, n. 249, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Mmk6PMNQGLwnWfWV4jJ3tPh/?format=html>> acesso em 20 fev. 2022.

SILVA, J. H. C. S.; BARBOSA, A. S. A inserção da agroecologia em um novo sistema alimentar pós-Covid-19. **Revbea**, v. 15, n. 4, p. 148-159, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10618/7858>> acesso em 18 fev. 2022.